

GOLDMANN, Lucien - Dialética e Cultura -Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991, 197 p.

A REIFICAÇÃO

Vou tratar de um tema muito atual: o das diferentes interpretações do pensamento marxista no século XX. Limitar-me-ei a um de seus mais importantes capítulos, a teoria marxista e lukacsiana da reificação. Vou estudar, para começar, a análise marxista do valor, estreitamente ligada ao que Marx chama de fetichismo da mercadoria e que Lukacs designa sob a palavra reificação. Para determinar o lugar desse problema no conjunto do sistema que costumamos chamar de materialismo histórico, ressalto que somente a teoria da reificação permite compreender a coerência de todos os textos marxistas referentes às relações entre a infra-estrutura e a superestrutura.

Conhece-se a longa discussão em torno dos problemas do papel ativo da consciência, ou ao contrário, de seu caráter de simples reflexo. Cada uma das teses corresponde parcialmente às teses de Marx. O pensamento de Marx parece ser o seguinte: o indivíduo assim como os grupos humanos, constituem totalidades que não podem ser seccionadas para deles se fazer realidades autônomas. Não há pensamento independente do comportamento ou da afetividade, nem comportamento independente da consciência etc... Em última instância, o pensamento, a afetividade e o comportamento de um indivíduo constituem uma unidade coerente e significativa. Mas é necessário acrescentar que quando se trata de indivíduos essa unidade estrutural passa por grande número de mediações cujo sujeito não é, ou o é muito pouco, consciente e, por isso, dificilmente revelável, enquanto que é incontestavelmente mais fácil evidenciar a coerência que rege o comportamento, a afetividade ou a consciência de um grupo social dentro do qual as inúmeras parcelas individuais se anulam mutuamente.

Voltemos, porém, ao problema das relações entre a infra-estrutura e a superestrutura. A teoria marxista implica na idéia de que de um lado, não há história autônoma da economia, do pensamento, da religião etc... mas também que, por outro lado, não há, se olharmos o conjunto da história, primazia que se repita de direito e necessariamente para este ou aquele setor particular da vida social. Esta constitui sempre uma totalidade estruturada, com a reserva, contudo, de que o tipo preciso de cada estrutura particular varia mais ou menos depressa no decorrer do tempo.

Onde está então a célebre preponderância dos fatores econômicos? Seja por causa da pobreza das sociedades primitivas, seja por causa da divisão em classes sociais das sociedades posteriores, os homens foram obrigados a dedicar a maior parte de sua atividade à resolução dos problemas referentes à produção e à distribuição das riquezas materiais, ao que habitualmente chamamos de problemas econômicos. Trata-se porém, apenas de uma primazia de fato e não de direito, que desaparecerá naturalmente, no dia em que a aquisição de riquezas materiais passará - graças ao desenvolvimento das forças produtivas e a uma transformação da estrutura social - para segundo plano na atividade dos indivíduos. É o famoso "salto" do reino da necessidade ao reino da liberdade.

Essa tese não implica na idéia de uma passividade particular da consciência e do pensamento teórico em relação à atividade econômica. A teoria da consciência cujo reflexo exprime não um tipo universalmente válido das relações entre a infra e a superestrutura,

mas um tipo particular dessas relações, próprio à sociedade capitalista clássica (capitalismo liberal e o capitalismo monopolista e imperialista de fraca intervenção econômica do Estado). Nesta, a consciência tende a tornar-se um simples reflexo, a perder toda função ativa, na proporção em que o processo da reificação, consequência inevitável de uma economia mercantil, se estende e penetra no âmago de todos os setores econômicos do pensamento e da afetividade.

Em princípio, a religião, a moral, a arte, a literatura não são nem realidades autônomas, independentes da vida econômica, nem meros reflexos desta. No mundo capitalista, elas tendem a sê-lo na medida em que sua autenticidade se encontra esvaziada por dentro, graças ao aparecimento de um conjunto econômico autônomo que tende a apoderar-se de modo exclusivo de todas as manifestações da vida humana. Vemos assim a importância do fenômeno que hoje nos propomos analisar em suas linhas gerais.

Para descrever esse processo é necessário partir da economia e do estudo da economia mercantil. O que a caracteriza em relação às outras formas de produção é a sua universalidade e a sua anarquia.

Há na produção para o mercado uma possibilidade virtual de superar as limitações particulares: nacionais, religiosas, sociais etc... e de ampliar-se indefinidamente. Por outro lado, o que caracteriza a produção para o mercado é também a ausência, em todos os níveis, de um organismo regulamentando ao mesmo tempo a produção e a distribuição das mercadorias. Essa ausência de organismo regulador comum à produção e à distribuição constituía assim a contrapartida de sua universalidade. É o que chamamos de anarquia da produção.

Em uma produção mercantil, o que substitui a função do organismo planificador é exatamente o mercado e, dentro deste, a troca das mercadorias numa certa proporção, troca que na sua forma imediata se chama preço, e que na forma pura, abstração feita de todo desequilíbrio entre a oferta e a procura e de toda a variação destas, é chamada por Marx de valor de troca.

Assim é natural que para compreender o mecanismo da produção mercantil deva-se começar como procedeu Marx, pelo estudo do valor e dos preços. Em grande número de textos, Marx insiste sobre o fato de que numa economia mercantil, o que caracteriza o valor de troca é que ele transforma a relação entre o trabalho necessário à produção de um bem e esse bem em qualidade objetiva do objeto; é o próprio processo de reificação. Trata-se do próprio processo social que faz com que, na produção mercantil, o valor se apresente à consciência dos homens como uma qualidade objetiva da mercadoria. Analisemos esse processo.

Em qualquer economia não mercantil, o que leva os homens a dedicarem parte de seus esforços à produção de certos bens são as qualidades naturais destes, seu valor de uso. Numa economia mercantil caracterizada pela ausência de plano ligando a produção ao consumo, as mercadorias também são bens úteis e possuem um valor de uso. No entanto, se elas chegam ao consumidor que procura esse valor de uso, chegam antes a um mercado onde são comparadas a outras mercadorias sob o aspecto puramente quantitativo de seu valor de troca. É por isto que quando os bens se tornam mercadorias, eles se desdobram em dois atributos: um valor de uso, que interessa apenas ao consumidor e um valor de troca, qualitativamente idêntico em todas as mercadorias e diferente apenas por sua quantidade.

Ora, se por ocasião de suas primeiras manifestações o comércio abrangia apenas os bens excedentes e a troca só era feita dentro dos limites das comunidades, sabemos que logo depois o mercado destruiu as antigas formas econômicas para apoderar-se da própria produção. Os indivíduos passaram a produzir apenas para a venda. É assim que a produção para o mercado não apenas contém em si a possibilidade de uma economia universal, mas também representa um fator ativo de dissolução de todas as antigas economias naturais que ela tende a substituir.

Examinemos, porém, mais de perto o aspecto psicológico da vida econômica, numa economia em que a enorme maioria dos bens, se não a sua totalidade, é produzida para o mercado e em que o preço substitui qualquer outro organismo planejador. O que nos interessa para compreender o fenômeno da reificação, é o mecanismo psíquico através do qual se desenvolve todo o processo.

Numa sociedade capitalista ideal, na qual nada entravaria o livre jogo da concorrência, as coisas iriam da melhor forma possível - segundo os economistas liberais - pois cada empreendedor, tentando obter um lucro tão grande quanto possível, seria obrigado a baixar seus preços para enfrentar a concorrência, ele agiria assim sem desejá-lo conscientemente no interesse dos consumidores, que obteriam as mercadorias a preços mais baixos.

Se bem que esta opinião seja inexata, como explicação da formação dos preços, nos prenderemos aqui à análise rigorosa dos mecanismos psicológicos pelos quais se manifestam equilíbrios e também valores humanos de solidariedade - quando se manifestam - no mundo capitalista. Os próprios teóricos do capitalismo liberal nos dizem que isso acontece implicitamente, sem que os homens o desejem, apesar e contra a vontade dos indivíduos. No mundo fictício dos economistas clássicos, mundo que não passa de uma extrapolação esquemática e idealista do mundo capitalista real, os homens seriam perfeitos egoístas, indiferentes e insensíveis aos sofrimentos, aspirações e necessidades de seus semelhantes, mas que passariam (e é nisto que consiste a idealização) seu tempo a ajudar os semelhantes, sem querer. Este pensamento o encontramos desde o século XVII, em René Descartes, em Leibnitz e também em Kant.

Depois das relações dos homens entre si, vejamos agora outro aspecto complementar da vida econômica, a relação dos homens com as coisas. O desenvolvimento da produção para o mercado introduziu ao lado do valor de uso e em grande escala no lugar deste, o valor econômico, o valor de troca. É por isso que hoje, os industriais não produzem mais os bens tornados mercadorias em função de seus valores de uso diversos e múltiplos, que permitiriam satisfazer as necessidades variadas de seus semelhantes, mas sim para alcançar seu valor de troca comum qualitativamente idêntico em todas as mercadorias que chegam ao mercado. É verdade que o valor de uso não perdeu totalmente a realidade: não se pode vender uma mercadoria a não ser na medida em que ela apresente um valor de uso para o último comprador. Enquanto ela não saiu do círculo das relações inter-humanas, enquanto ela está no estágio da produção e da venda, seu valor de troca ocupa com exclusividade a consciência dos homens, tendo o valor de uso importância apenas em relação ao valor de troca.

Como o valor de uso, a solidariedade consciente e deliberada entre os homens é relegada ao domínio privado das relações de família ou de amizade; nas relações inter-humanas gerais e notadamente nas econômicas, pelo contrário, a função de uma e de outra tornou-se implícita, obscurecida pelos únicos fatores que fazem agir o egoísmo

do Homo-oeconomicus, que administra racionalmente um mundo abstrato e puramente quantitativo de valores de troca.

Ressaltemos a importância capital destes dois fenômenos para a estrutura psíquica dos homens que vivem no mundo capitalista. Desde logo eles devem levar à ruptura das relações imediatas entre os homens e a natureza, envolve também as relações dos homens entre si levando à afirmação da liberdade individual como valor e a noção de justiça como direito reconhecido a cada indivíduo de fazer, na esfera da sua liberdade, tudo o que não interfira na liberdade dos outros.

Isto é o fenômeno social fundamental da sociedade capitalista: a transformação das relações humanas qualitativas em atributo quantitativo das coisas inertes, a manifestação do trabalho social necessário empregado para produzir certos bens como valor, como qualidade objetiva desses bens; a reificação que conseqüentemente se estende progressivamente ao conjunto da vida psíquica dos homens, onde ela faz predominar o abstrato e o quantitativo sobre o concreto e o qualitativo.

Com efeito, para o industrial ou comerciante, numa economia capitalista, o valor de uso de seus produtos não passa de um rodeio inevitável, através do qual ele deve encontrar um valor maior do que o inicial: uma mais-valia, um lucro.

Ora, para chegar a isso, ele deve inicialmente proceder dentro da produção, de modo tão racional quanto possível, isto é, transmutar de imediato todos os elementos qualitativos da produção em elementos quantitativos da ordem do preço de revenda, do rendimento, do valor.

Em segundo lugar, se a vontade consciente do capitalista intervém para organizar o processo de produção, este se acha em oposição ao início, quando se trata de comprar a mão-de-obra e as matérias-primas e sobretudo em oposição ao fim desse processo, quando se trata de vender os produtos, em face de um mercado, no qual os acontecimentos se apresentam como o resultado de leis cegas e independentes das vontades individuais e regidas pelos preços, isto é pelas qualidades objetivas das coisas. É assim que nesse terreno fundamental da vida humana que é a vida econômica, a economia mercantil mascara o caráter histórico e humano da vida social transformando o homem em elemento passivo, em espectador de um drama que se renova continuamente e no qual os únicos elementos realmente ativos são as coisas inertes.

Longe de ser uma simples percepção do espírito, essa distorção é uma realidade psíquica profunda que se exprime inclusive na linguagem.

Com efeito, além da reificação estudada por Marx e que é devida à produção mercantil, é provável que a estrutura capitalista da economia ainda fortaleça a autonomia das coisas inertes em relação à realidade humana.

Em resumo, a economia mercantil, e em particular a economia capitalista, tende a substituir na consciência dos produtores o valor de uso pelo valor de troca e as relações humanas concretas e significativas or relações abstratas e universais entre vendedores e compradores, o qualitativo pelo quantitativo.

Além disso, separa o produto do produtor e fortalece, por isso mesmo, a autonomia da coisa em relação à ação dos homens e à mutação.

Faz enfim, da força de trabalho uma mercadoria que tem um valor - e isso significa que também aí transforma uma realidade humana em coisa - e aumenta durante um período histórico muito longo o peso do trabalho não qualificado ou pouco qualificado, em relação ao trabalho qualificado, substituindo mesmo, no plano da realidade imediata, as diferenças qualitativas por simples diferenças de quantidade.

II

Ora, as consequências da reificação em todos os terrenos da vida humana não propriamente econômicos são bem consideráveis.

A primeira e mais importante parece ser a formação do Estado burocrático moderno. Weber observou que o desenvolvimento de uma produção capitalista acima de certo nível é inconcebível sem uma administração e uma justiça institucionalizadas. Institucionalização e formalismo, formalismo jurídico que transformou o juiz em espécie de autômato, mas que reduziu em larga escala a arbitrariedade do poder pessoal, eliminando as considerações humanas do funcionamento do aparelho judiciário, substituindo-as por uma lei impessoal abstrata e reificada. O fato: uma coisa inerte - a mercadoria - é trocada por outra coisa inerte - o dinheiro.

A frase, o palavrório, a mentira convencional, a demagogia política e social tornam-se o fenômeno geral que invade quase toda a existência da maioria dos homens e penetra às vezes até as raízes mais defesas de sua vida pessoal ou mesmo de suas relações eróticas, pois o amor se transforma também em cenário exterior e convencional de casamento de interesse, assim como as relações entre pais e filhos, irmãos e irmãs se tornam muitas vezes problemas de ordem social ou de herança.

Implicitamente sua vida psíquica, sua pessoa, seu espírito perdem todo contato essencial com uma matéria que lhe aparece como estranha, como irreal.

Na esfera privada das relações familiares e de amizade os valores humanos de solidariedade permanecem menos alterados e a empresa da reificação, ainda que real, é menos acentuada. Isso engendra um dualismo psíquico que se torna uma das estruturas fundamentais do homem no mundo capitalista. A rigor, o homem pode continuar humano nas suas relações com sua mulher, filhos e amigos. No resto de sua atividade social ele deve conformar-se com a ordem existente, com suas leis escritas ou não, a ordem do mercado estabelecida sobre o jogo dos egoísmos racionais. E isso sob pena de ruína e morte social ou econômica. O homem se torna assim escravo de leis abstratas e de coisas inertes e isso até nos mais altos escalões.

III

As consequências da reificação estende-se a todos os domínios da vida social e intelectual, mas o que nos interessa aqui é a modificação que o processo de reificação acarreta na natureza das relações entre a infra e a superestrutura. O que designamos sob o termo reificação sendo em primeiro lugar o aparecimento na vida social dos processos econômicos enquanto fenômenos autônomos e, por isso mesmo, meramente quantitativos, sua primeira consequência é subtrair quase inteiramente esses fenômenos à ação da superestrutura, reforçando, ao contrário, sua ação sobre esta.

Essa tendência geral, contudo, assume em cada terreno particular formas diferentes e não podemos deixar de distinguir pelo menos duas estruturas diferentes: os domínios mais estreitamente ligados à vida econômica, o direito e a política, e os mais afastados desta: a vida intelectual, moral, religiosa etc.

O desenvolvimento da produção capitalista na Europa Ocidental também ocasionou uma transformação radical da superestrutura jurídica que se tornou cada vez mais um simples reflexo da vida econômica.

Quanto à política, o que caracteriza as formações sociais não capitalistas é exatamente sua simbiose total com a economia e a impossibilidade de distingui-las uma da outra.

O desenvolvimento de uma economia capitalista anárquica tende a reduzir tanto o direito quanto o Estado como realidade política a expressões que se pretendem ativas e autônomas, mas que são, na realidade, mais ou menos passivas da única realidade efetiva e essencialmente atuante: a vida econômica e os interesses das classes dominantes.

Quanto ao setor propriamente espiritual da superestrutura - a religião, a moral, a vida intelectual, a literatura, a arte, a filosofia - o mesmo processo se verifica, em grau mais elevado. Em uma sociedade capitalista clássica, a economia - que é o setor mais extenso da vida social - goza de autonomia quase total e se ela ainda sofre em pequena escala a ação da vida jurídica e política, escapa, por outro lado, a qualquer ação da religião, da moral e da vida intelectual, ao passo que continua a agir poderosamente sobre elas.

O fato de a religião, a moral, a filosofia, a literatura etc não agirem além do setor reduzido e não essencial da vida privada, de terem perdido a ação sobre a economia basta para tirar-lhes grande parte da autenticidade. Se desejamos dar à palavra autenticidade um sentido científico operatório devemos diferenciar a autenticidade subjetiva da objetiva: pois a perda da influência sobre a vida social e econômica, seu confinamento no setor privado da consciência individual pode dar aos fenômenos religiosos, morais, estéticos etc, um excesso de autenticidade subjetiva que não passa da contrapartida de uma radical inautenticidade objetiva. É a chave da arte e filosofia românticas que, à força de "autenticidade" e de "profundidade" subjetivas, eliminam todo cuidado de contato com a realidade e chegam ao pior dos conformismos.

A autenticidade objetiva, de raiz, do espiritual no mundo capitalista resulta, ao mesmo tempo, do fato de que ele perdeu toda ação sobre a vida econômica e por conseguinte sobre o Direito e o Estado, e de que sofre, ao contrário, uma influência intensa e progressiva do aspecto econômico e notadamente da reificação. Trata-se de um processo que tende a substituir progressivamente a autenticidade subjetiva pela inautenticidade e, finalmente pela má fé.

Isto é fácil de constatar em qualquer domínio da vida espiritual. Como exemplo, tomemos um livro ou um filme, que são, em primeiro lugar, entre outras coisas, mercadorias. Como tal, inserem-se num setor da produção capitalista que não sobreviveria se não fosse rentável, se não produzisse lucros.

Em última instância, qualquer que seja o interesse subjetivo do editor ou do produtor pelo valor de uso dos objetos que produzem, no

caso pelo valor estético e humano do livro ou do filme, eles não podem, salvo exceção, desprezar sua rentabilidade. Chega-se assim a uma gama de produtores e editores, desde os que se limitam às coisas ao mesmo tempo válidas e rentáveis, àqueles que dividem sua atividade em dois setores, um dos quais, altamente rentável sustenta a qualidade do segundo, até aos editores e produtores indiferentes à qualidade e que só se interessam pelo lucro.

A difusão de uma obra ou de um filme depende, mesmo que façamos abstração da intervenção ideológica de certas forças sociais ou institucionais (censura, ligas de defesa da moralidade, etc) das categorias mentais, da mentalidade dos eventuais compradores. Assim, a dominação quase total da reificação sobre a enorme maioria dos membros da sociedade, a redução do que chamamos de busca da autenticidade subjetiva a um grupo limitado de indivíduos, explica a razão de a literatura ou o cinema de terceira classe, desprovidos de qualquer preocupação de autenticidade, assegurarem o máximo lucro. Chega-se assim - mesmo no plano da psicologia individual do escritor ou diretor de cinema - ao lado do poeta, do romancista ou do cineasta românticos da "profundidade" que ainda traduzem em nível intelectual ou literário mais ou menos elevado a psicologia reificada da massa pequeno-burguesa cujo núcleo é constituído pela ruptura entre uma alma "profunda" e "essencial" e uma realidade cotidiana sem importância, ao escritor de romance série negra ou ao jornalista do correio sentimental.

No terreno da literatura "válida", a existência da reificação se manifesta em primeiro lugar pelo grande impulso no século XIX da forma literária que corresponde ao desenvolvimento da sociedade burguesa e do mundo capitalista: o romance. Em sua essência é a história de uma busca que se frustra necessariamente. Assim, na medida em que ele é a história de uma busca ou de uma esperança, implica numa biografia individual, enquanto que, na medida em que o escritor deve descrever o meio onde se desenrola essa busca e as razões do seu malogro, é também uma crônica social.

Chega-se em nossos dias a Malraux, Thomas Mann e, ultimamente Pasternak, à colocação simultaneamente da busca do humano num mundo inumano e da descrição da essência desse mundo.

Com o passar do tempo, à medida em que a reificação foi fazendo progressos, a ruptura entre a realidade social e a busca do humano acentuou-se a tal ponto - pelo menos no mundo capitalista - que a expressão dessa busca teve que dar lugar à simples constatação e descrição de uma realidade social reificada inumana e privada de significação.

IV

As crises e a resistência da classe operária são limites importantes à extensão da produção capitalista e da reificação. O problema da crise e da superprodução que o capitalismo está apenas conseguindo superar atualmente.

Um aspecto específico do meso problema é colocado pelo valor e o preço de uma mercadoria particular: a força de trabalho. Ela se compõe de seres pensantes virtualmente refratários a uma ordem social que os assimila às coisas inertes. além disso, em certas circunstâncias, quando o preço da força de trabalho baixa muito, quando as condições dos assalariados se tornam muito duras, produzem-se resistências

humanas, a mercadoria se torna consciente e se revolta, seja contra a reificação, contra o capitalismo como tal, seja contra certo número de suas manifestações concretas. É por isso que Marx, que esperava com razão - já que analisava um capitalismo liberal e sem colônias - uma pauperização crescente da classe operária, via nesta força histórica destinada a assegurar a superação da reificação e do capitalismo.

O operário pertence à única categoria social na qual os homens, mesmo para defender seus interesses mais imediatos, devem unir-se em vez de opor-se uns aos outros. A solidariedade tem, para a vida social e para o pensamento dos operários, importância tão grande quanto o egoísmo e a concorrência para os burgueses e para as camadas médias. Assim é que por sua posição social, ainda que menos culto e dispondo de menos conhecimentos do que os intelectuais burgueses, o proletariado, na sociedade capitalista clássica, é o único que pode, numa situação de conjunto, rejeitar a reificação e devolver a todos os problemas espirituais sua verdadeira característica humana; e foi dentro da classe operária, numa época em que a situação econômica era particularmente má, que nasceu a forma mais elevada do humanismo moderno: o materialismo dialético. Como a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais, e se a filosofia não se pode realizar sem suprimir o proletariado, o proletariado não se pode suprimir sem realizar a filosofia?.

A reificação rompe a unidade entre o sujeito e objeto, produtor e produto, espírito e matéria e o pensador apenas constata essa ruptura, tomando-a por um fenômeno fundamental e natural da vida humana. Por isso é necessário um grande esforço para resistir a essas tentações e conseguir ir além das aparências e compreender o pensamento dos grandes dialéticos do passado, mas ainda aplicar esse pensamento aos problemas novos como um guia vivo e seguro diante dos acontecimentos sempre inesperados que constituem a vida histórica.

V

Entramos então no problema da consciência de classe e seu papel na história, magistralmente apresentado por Georg Lukacs.

A pressão das classes dirigentes, com os enormes meios de influência ideológica de que dispõem e que empregam, para impedir o desenvolvimento da consciência da classe operária é grande. Deveria haver uma forte tendência de a reificação apoderar-se também do espírito dos operários, como o faz com o dos membros das demais classes sociais.

De modo que são as condições concretas, econômicas, sociais e políticas de um país e de uma época, e também os fatores internacionais, que decidem qual dessas duas forças antagônicas - a solidariedade espontânea e a consciência de classe possível?, ou a reificação que penetra sobretudo através da influência ideológica das outras classes sociais - agirá mais fortemente e predominará na consciência real da classe operária. E somente análises concretas, focalizando tanto o passado e o presente como as tendências do futuro, poderão explicar o grau concreto de desenvolvimento da consciência operária num determinado instante e lugar.

Toda sociologia séria deve trabalhar com duas categorias fundamentais para compreender a sociedade atual : a) a consciência possível , b) a consciência real.

Finalmente, todas estas considerações explicam por que as duas concepções filosóficas unilaterais que são o subjetivismo e o objetivismo se encontram sempre em suas consequências práticas, não só entre os pensadores burgueses, mas também entre os teóricos e os militantes do proletariado, onde elas se exprimem através de dois grandes grupos de correntes políticas: a) blanquismo, anarquismo e trotskismo que são a forma operária do subjetivismo idealista da superestimação do homem e da subestimação das condições objetivas: b) stalinismo, reformismo, economicismo e os teóricos da espontaneidade que são a expressão operária do materialismo objetivista da superestimação das condições objetivas e da subestimação do homem.

Por isso, na vida e na obra de todos os grandes teóricos e chefes políticos do proletariado, desde Marx até Lenin e o jovem Lukacs, encontramos essa luta em duas frentes: contra as ilusões de esquerda e os oportunismos de direita, luta pela qual eles se esforçam para estabelecer, cada vez, novamente o pensamento dialético, condição necessária e indispensável para uma transformação do mundo e para a realização dessa verdade e grande fraternidade humana que será um dia, se se realizar, o socialismo.

VI

Quando retoma-se hoje o estudo da reificação tal como ela foi elaborada por Marx e pelos marxistas posteriores, constata-se a existência nessas análises de certas lacunas e também o aparecimento de vários problemas novos.

A reificação é, com efeito, um fenômeno estreitamente ligado à ausência de planificação e à produção para o mercado. Deduz-se que toda evolução social que tem por consequência seja substituir a produção anárquica por uma produção planificada, seja introduzir elementos de planificação e um cuidado progressivo com a forma natural dos bens, seu valor de uso deveria haver, por conseguinte, no primeiro caso a supressão da reificação e no segundo um enfraquecimento progressivo desta.

Esse fenômeno se produziu em parte. Ora, a experiência dos últimos vinte e cinco anos mostrou que a supressão da reificação e a nacionalização dos meios de produção não são suficientes para atingir o objetivo.

A universalidade dos valores e o respeito à liberdade individual não se conservam numa sociedade socialista, de modo mais automático do que numa sociedade capitalista.

A análise marxista, e sobretudo lukacsiana, da reificação implicava numa conclusão raramente posta à luz, mas que nos parece em grande medida confirmada pela história do movimento operário.

Sendo o proletariado, na sociedade capitalista, a classe menos atingida pela reificação, ele é também a classe na qual a ideologia liberal tem o caráter mais superficial. A liberdade individual formal, o direito ao erro, a liberdade de expressão etc. não são elementos ideológicos endógenos na consciência da classe operária, cujo pensamento é constituído a partir da idéia de solidariedade e não da idéia de liberdade.

Constatemos para terminar que:

1) As vitórias da revolução proletária, não no Ocidente como esperava Marx, mas em países atrasados nos quais o capitalismo era pouco desenvolvido e que, por isso mesmo, possuía débil tradição liberal.

2) Os graves problemas de política externa que a dispaaridade entre suas forças e as do mundo capitalista impôs durante muito tempo à URSS, associados consequentemente ao

3) desenvolvimento de uma grande sociedade moderna industrializada que fortaleceu o poder do aparelho burocrático do Estado numa sociedade que tinha realizado as condições do primado do fator político, fizeram surgir um conjunto de graves problemas humanos e sociais, em primeiro lugar o das garantias da liberdade e da dignidade dos indivíduos face ao poder do aparelho estatal, problemas cujo estudo realista e, se possível, resolução constituem uma das tarefas mais importantes entre as que se apresentam aos pensadores de nossa geração, problemas, porém, para cujo estudo é evidente que o aparelho conceitual do pensamento marxista tradicional se revela insuficiente e que poderiam, e deveriam, por causa disto mesmo, ser o principal ponto de partida para um progresso e uma renovação do pensamento dialético.